

CENSURA/CONTROLE A LIVROS INFANTIS NO BRASIL DE 2016 - 2020

CENSORSHIP/CONTROL OF CHILDREN'S BOOK IN BRAZIL FROM 2016 - 2020

Camila Souza Petrovitch 1
Mônica Correia Baptista 2
Alessandra Latalisa de Sá 3

Resumo: Objetivou-se caracterizar casos de censura/controle à literatura infantil no Brasil entre 2016 e 2020. A circulação e disseminação de informações, por meios digitais, juntamente à chegada da chamada "onda conservadora" (ALMEIDA, 2019), faz com que avaliações de livros infantis ganhem destaque. Apresentam-se casos de censura/controle a livros de literatura infantil no Brasil; caracterizam-se os contextos nos quais ocorrem; analisam-se os critérios, os métodos empregados, os agentes, as motivações e suas repercussões. Para cumprir seu objetivo, realizou-se pesquisa documental, por meio de buscas a documentos disponíveis na hemeroteca digital, entre outras fontes. A análise dos casos encontrados sugere que os atos de censura a livros ou a histórias infantis guardam relação com uma determinada concepção de infância e de literatura. Predomina a ideia de que a mente infantil é facilmente moldada e que a literatura é uma forma muito eficaz para controlá-la.

Palavras-chave: Literatura. Literatura Infantil. Censura. Educação Infantil. Controle.

Abstract: The objective was to characterize cases of censorship/control of children's literature in Brazil between 2016 and 2020. The circulation and dissemination of information, by digital means, together with the arrival of the so-called "conservative wave" (ALMEIDA, 2019), makes evaluations of children's books stand out. Cases of censorship/control of children's literature books in Brazil are presented; the contexts in which they occur are characterized; criteria, employed methods, agents, motivations and their repercussions are analyzed. To fulfill its objective, a documentary research was carried out, through searches of documents available in the digital library, among other sources. The analysis of the cases found suggests that acts of censorship of books or children's stories are related to a certain conception of childhood and literature. The idea prevails that the child's mind is easily molded and that literature is a very effective way to control it.

Keywords: Literature. Children's literature. Censorship. Children's education. Control.

- 1 Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq Leitura e Escrita na Primeira Infância - LEPI da Faculdade de Educação da UFMG. Professora da rede privada de Belo Horizonte. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1991582378599343> ORCID <https://orcid.org/0000-0002-3456-1012> E-mail: [camilasp@hotmail.com](mailto:camilasp@hotmai.com).
- 2 Doutora em Educação pela Universidade Autônoma de Barcelona. Espanha. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Associada da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Leitura e Escrita na Primeira Infância - LEPI da Faculdade de Educação da UFMG. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3951926269873970> ORCID <http://orcid.org/0000-0002-6645-0114> E-mail: monicacb@fae.ufmg.br
- 3 Doutora em Educação pela Universidade Autônoma de Barcelona. Espanha. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Associada da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Leitura e Escrita na Primeira Infância - LEPI da Faculdade de Educação da UFMG. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3951926269873970> ORCID <http://orcid.org/0000-0002-6645-0114> E-mail: monicacb@fae.ufmg.br

Introdução

O movimento da censura nas diferentes expressões humanas tem se revelado cíclico no percurso histórico. Geralmente ocorre em momentos de opressão, independentemente do agente censor, e revela-se contrário a ideias que um grupo busca extinguir. Pode estar relacionado a diferentes matérias, sujeitos e pensamentos, inclusive à literatura infantil. No caso da literatura destinada a crianças, é preciso compreender as funções que o controle ou a censura¹ de livros exerce em diferentes contextos históricos e sociais.

Segundo registros históricos (BAEZ, 2004), esta literatura surgiu com o objetivo de entreter e ao mesmo tempo transmitir valores e ensinamentos para as crianças. No entanto, desde seu surgimento, vem se transformando e alcançando diferentes expectativas.

Para compreender a censura a livros para a infância, além de levar em consideração as ideias que a sociedade manifesta em relação à literatura infantil, é necessário conhecer as concepções acerca dos sujeitos, do público alvo para o qual essa produção se destina: as crianças. Ao entendermos a censura como ferramenta de controle em relação às crianças, passamos a compreender um pouco melhor a potência deste campo e a disputa de discursos que nele ocorrem. O que deve ser escondido ou apresentado às crianças? Que justificativas são produzidas para que se proceda ao controle ou à censura de livros destinados às crianças?

Fruto de uma pesquisa acadêmica mais ampla, neste artigo, escolhemos apresentar casos de censura à literatura infantil, ocorridos no Brasil e registrados nos últimos cinco anos. Inicialmente, descreveremos a metodologia utilizada para a localização dos casos. Em seguida, discorreremos sobre a relação entre as concepções de censura e de literatura infantil, para então apresentarmos oito casos de censura, escolhidos por serem os mais recentes, ocorridos entre 2016 e 2020.

Metodologia

Para compreender e melhor conceituar os atos de censura ocorridos no Brasil em relação à literatura infantil, foi realizado um levantamento histórico por meio de buscas em diferentes plataformas digitais. As investigações foram feitas na Hemeroteca Digital, nos periódicos do Portal Capes, em jornais e revistas, em redes sociais - *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* - e em outras plataformas *onlines* como o *Youtube*.

Nas buscas, foram empregados diferentes termos como "literatura imoral", "má literatura", "livro proibido" e "livro imoral". Também foram acrescentados à pesquisa alguns nomes como Monteiro Lobato e Damares Alves², uma vez que durante as buscas ficou evidente a incidência dessas pessoas em contextos de censura e de cerceamento do discurso literário junto ao público infantil, em diferentes momentos e contextos.

Dos documentos encontrados, foram considerados todos os tipos de registros que exprimem casos de censura, sendo eles livros, listas de periódicos atuais ou antigos com notícias relevantes sobre o tema, vídeos publicados por figuras públicas, cartas de pais às escolas, cartas das escolas ao Governo, entre outros documentos veiculados pela imprensa ou pelas redes sociais. Tomamos como respaldo a definição de documento de André Cellard (2010, p. 296) que, privilegiando uma abordagem globalizante, afirma: "[...] tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho é considerado como documento ou 'fonte'. Para Laurence Bardin (1977, p. 47), a análise documental se define como "[...] uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob forma diferente do original, a fim de facilitar, num estado ulterior a sua consulta e referência." Coerentemente com nosso objetivo, tornou-se necessário analisar os documentos, tendo em vista que eles "[...] permitem acrescentar a dimensão

1 Este é um tema novo e pouco explorado pelas pesquisas da área. Ainda não há consenso sobre como conceituar os episódios nos quais o acesso das crianças aos livros é dificultado, questionado ou impedido. Acompanhamos em seminários o uso de diferentes termos (controle, censura, cerceamento, regulação) e, neste artigo, optamos pelo uso dos termos censura e controle para designar atos em que se pretendeu privar ou questionar a pertinência de se ler um determinado livro para crianças.

2 Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, entre 2019-2022, foi eleita senadora para o mandato de 2023. É conhecida por sua defesa a pautas conservadoras e de cunho religioso.

do tempo à compreensão do social” (CELLARD, 2010, p.295). A análise, portanto, contribui para maior entendimento do contexto da censura à literatura infantil, no Brasil.

Para o estudo, elaboramos uma categorização que, na definição de Bardin, 1977, p.47) consiste em “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e seguidamente por reagrupamento segundo o gênero (analogia)”. Com o objetivo de compreender melhor o contexto social, político e histórico, no momento de cada caso de censura encontrado, foram levantadas informações quanto à autoria da censura, tipo de instituição censora, caráter, forma e justificativa para o ato de censura.

A partir dessas informações, a análise desenvolveu-se em três planos: forma, caráter e agente censor. Em relação à forma, a pesquisa de Fromming (2014), que pretendeu analisar as traduções das obras dos Irmãos Grimm, serviu de inspiração para a classificação dos casos de censura encontrados. Em sua tese, o autor propõe duas formas de analisar a censura, as quais ele denomina externa e interna. A censura externa seria aquela que é externa ao material censurado, ou seja, diz respeito às instituições e agentes que sugerem a censura. A censura interna, por outro lado, estaria relacionada ao que diz respeito à essência do conteúdo do livro e as justificativas que atribuem a sua intervenção.

Em relação à censura externa, o autor estabelece a seguinte classificação quanto aos agentes censores: governamental "em que há interferência do governo; editorial" pela qual editores e revisores induzem a censura; organizacional "em que organizações públicas ou privadas, ou entidades opõem-se à divulgação do livro; midiática" promove cortes ou a não veiculação de elementos contidos no texto; de investimento" relacionada à rejeição da compra; escolar - do que entra ou sai da escola; de grupo - pessoas do mesmo convívio.

Quanto à censura interna, Fromming (2014) relaciona-a ao caráter ou aos fundamentos que levam à censura, que podem ser: de caráter moral - religioso, dos bons costumes, de expressão sexual; de repulsa - da morte, da violência e de asco; de ideias - ideologia, política, caráter racial, de classe social, de gênero e de aura.

Para analisar os casos nos três planos citados (caráter, agente e forma), além dos tipos de censura interna, associado ao caráter, e externa, ao agente, ainda nos faltava uma classificação: a da forma. Apoiando-nos nas categorias elaboradas por Carneiro (2002), consideramos cinco formas de censura: preventiva, punitiva, autocensura, na tradução e substitutiva. Entretanto, na análise dos casos, nos deparamos com o fato de que havia uma forma de censura que essas categorias não contemplavam. Criamos, assim, a forma *denunciativa*, abrangendo os casos em que o controle não resultava em um impedimento da circulação ou de acesso do público infantil aos livros, mas que, nem por isso, deixavam de exercer influência sobre a circulação ou a recepção da obra. Em suma, chegamos à seguinte classificação final dos planos envolvidos na censura a livros:

- a) Agentes censores: pessoas ou instituições que realizaram a prática de censura;
- b) Tipo de instituição censora: classe de instituição responsável pela censura, que pode ser: governamental, editorial, organizacional, midiática, de investimento, escolar ou de grupos;
- c) Caráter censor: natureza da censura, podendo ser de caráter moral (religioso, bons costumes, expressão sexual); de repulsa (morte, violência ou asco); de ideias (ideologia, política, caráter racial, de classe social, de gênero e de aura);
- d) Forma de censura: como a censura se materializa ou que implicações a prática de censura requer, podendo ser: preventiva, punitiva, autocensura, substitutiva ou ainda denunciativa;
- e) Justificativa da censura: que argumentos foram empregados para alegar o ato de censura.

A partir das classificações de Fromming (2014) e Carneiro (2002), acrescentando a classificação denunciativa e os demais aspectos elencados acima, elaboramos a categorização para as práticas de censura encontradas em nossa investigação. Antes, porém, de apresentar os casos e suas respectivas categorizações, discutiremos as concepções teóricas que nos ajudaram a analisá-los.

A relação entre censura e literatura infantil

Transmitidos oralmente por famílias nos vilarejos franceses, no século XVIII, os contos tradicionais representavam o contexto da sociedade daquela época: a miséria, a peste negra, os altos índices de mortalidade, os perigos do dia a dia e a forma que encontravam para contorná-los. E assim, elaborados com criatividade, imaginação e fantasia, eram repassados de geração em geração, tendo como um dos objetivos instruir a moralidade para as crianças (DARNTON, 2014).

Depois de mais de 200 anos, a literatura infantil se desenvolveu, ampliou seu alcance, explorou diferentes formatos e atravessou diversos marcos históricos. Conquistou seu espaço como obra de arte e, portanto, como bem cultural que apoia crianças e adultos na construção de suas subjetividades. Entretanto, revisitando essa trajetória, pode-se observar que a característica moralizante de algumas obras destinadas ao público infantil deixou marcas que se fazem presentes em cada obra escolhida para ser lida com as crianças, por pais ou professores, por avós ou bibliotecários, pelo mediador que a seleciona.

Para investigar os aspectos relacionados à censura nas obras infantis é, portanto, necessário compreender as concepções defendidas pelos diferentes sujeitos envolvidos nas questões ligadas ao livro e à leitura. Concebemos, por exemplo, que entre censores e autores de obras censuradas há divergências quanto à concepção que se tem dos destinatários das obras, as crianças, bem como acerca da noção de proteção e quanto ao conceito de literatura.

As tentativas de cerceamento da literatura, presentes em diferentes épocas, lugares e grupos, revelam o que o pesquisador canadense Perry Nodelman (2020) defende em sua produção: somos todos censores. Cada qual busca a hegemonia no discurso destinado às infâncias, na mensagem final transmitida, na ideia defendida, na concepção de mundo. Entre o conservadorismo e o "politicamente correto", os livros infantis se tornaram campos de disputas para alcançar esse controle e a destruição e o apagamento das narrativas se configuram como atos tanto físicos quanto simbólicos. Segundo Fernando Baez (2004, p.18), "Ao destruir [os livros], o homem reivindica o ritual de permanência, purificação e consagração; ao destruir, atualiza uma conduta devida a partir do mais profundo de sua personalidade, em busca de restituir um arquétipo de equilíbrio, poder ou transcendência". Ou seja, a busca incessante pelo discurso único. Por meio de levantamentos dos casos de destruição dos livros, Baez (2004) comprovou que a "mão violenta do homem" (p.18) tinha como grande motivação o desejo de aniquilar o pensamento livre. Tal desejo se adapta aos modelos sociais e políticos de cada época, sem deixar de influenciar as produções literárias e artísticas e suas respectivas subversões.

No caso da literatura infantil, ao compreenderem as crianças como sujeitos influenciáveis, inocentes e acrílicos, as obras se afastam de sua concepção artística (CORRÊA, 2008, MARTHA, 2011) e propriamente literária e se aproximam do caráter moral e instrucional, ao qual correspondiam principalmente no século XIX.

Outra concepção em disputa, quando pensamos na censura, diz respeito ao papel do livro e da literatura na formação humana. Dentre algumas perspectivas, compreende-se o livro como objeto cultural, como direito, ou ainda como objeto de representação, tal qual Stuart Hall (2016) defende. Segundo o autor, tais representações e os discursos - neste caso presentes nos livros infantis -, posicionam os sujeitos provocando uma interferência tanto na ordem social quanto cultural. Assim, os personagens e narrativas presentes nas obras, se traduzem nas relações de poder, pois são capazes de produzir identidades e subjetividades do opressor e do oprimido. A partir do entendimento do livro infantil como objeto de representação, é possível inferir que, nesse caso, os grupos disputam exatamente qual ideia de sujeito deveria ser dominante nas publicações destinadas às crianças.

A concepção acerca da literatura infantil não apenas influencia como determina a atitude dos adultos em relação a sua circulação na população infantil. Atualmente, pesquisadoras da área (Baptista e Micarello, 2018; Colomer, 2007; Baptista, Petrovitch e Amaral, 2020) afirmam que um dos papéis da literatura é o de contribuir para a formação das subjetividades, muito além de uma formação preocupada em transmitir conteúdos escolares ou valores comportamentais. Compartilhando da mesma noção sobre a formação literária, Graça Paulino (2004) assevera que o objetivo do trabalho com literatura deve ser o de formar um leitor literário crítico, "[...] que saiba

escolher suas leituras, que aprecie construções e significações verbais de cunho artístico, que faça disso parte de seus fazeres e prazeres" (PAULINO, 2004, p. 56). Nessa perspectiva, o trabalho com o texto literário deve superar o teor instrucional e pedagógico e conceber a arte, a metáfora e o simbólico como essenciais na literatura.

Mesmo com pesquisas e posicionamentos que afirmam a importância da formação de um leitor literário crítico e o papel da literatura na formação das subjetividades, atualmente se convive com pelo menos duas ideias centrais que cerceiam a literatura: seu uso para ensinar comportamentos e valores considerados "adequados" ou seu uso como objeto de representação de sujeitos. Ambas noções que definem os usos dos textos literários junto à criança acabam por exercer um controle sobre o que deve ser oferecido ao público infantil, impondo cerceamentos à obra como um todo, ou cortes, exclusões e substituições de textos, na tentativa de limitar os sentidos construídos pelo pequeno leitor.

Pelo exposto, consideramos que as reflexões acerca da literatura infantil exigem compreender as concepções de crianças como destinatárias dessas obras e as visões que se tem dos livros a elas destinados. Segundo Maria Zélia Versiani Machado (2012), "[...] para compreender essa literatura é necessário ter em mente uma noção de criança que vive a plenitude da sua condição, sem que se coloque como contraponto dessa condição o que ela virá a ser um dia no futuro" (MACHADO, 2012, p. 20).

A divergência acerca da concepção de criança é identificada por Peter Hunt (2010) na relação entre os autores da literatura infantil, comprometidos com a ideia da literatura como arte, e os diferentes agentes e setores da sociedade que tentam impedir a circulação de determinados livros de literatura entre o público infantil. Para este autor, noções distintas de criança e infância resultam no seguinte embate entre o: "[...] escritor que se sente livre para escrever tudo o que quer e uma sociedade que sente que as crianças precisam ser protegidas de tais autores, uma oposição que está entre nós desde o início dos livros para as crianças" (HUNT, 2010, p. 203).

Podemos inferir que esta concepção presente entre os censores é vinculada a uma noção prévia e padronizada de criança. São setores da sociedade que consideram os pequenos como seres incapazes, inocentes, ingênuos, irracionais e intelectualmente dependentes dos adultos para sua formação. Ainda de acordo com Hunt (2010), a concepção dos autores de livros infantis busca romper com uma ideia, bastante presente na sociedade contemporânea ocidental, de que a literatura infantil tem o papel de formar as crianças em conformidade e obediência a certos valores, normas e regras estabelecidas pelo mundo adulto. Ao contrário, esses autores percebem as crianças, como sujeitos de direitos, participantes ativos da vida social e, portanto, produtores de cultura. A criança é vista, nessa concepção, como alguém que interage com os objetos culturais e, a partir dessa interação, constrói significados particulares, sendo influenciada e influenciando o processo de produção das culturas humanas.

É com essa noção de criança desejante, crítica e singular que os autores de livros de qualidade, como define Claudia Pimentel (2016), parecem dialogar. Quando investigamos e conhecemos tais livros, observamos temáticas do cotidiano, das relações humanas, das alegrias e também das dores vividas pelas crianças. Neste sentido, a pesquisadora Anna MacLeod (1983) provoca: se a realidade das crianças não é protegida, por que então mascarar a literatura infantil se ela é apenas um retrato do cotidiano das pessoas?

Ao analisar algumas produções censuradas, encontramos determinados temas os quais denominamos "temas delicados"³. Na pesquisa, identificamos tais obras como aquelas que incluem em sua narrativa textual ou imagética, situações que podem despertar em seus leitores maior vulnerabilidade emocional. São livros que abordam, por exemplo, temas como a morte, o abuso, a separação, a guerra, as perdas, a política, as transformações, os medos, além de temáticas sobre sexualidade e gênero, entre outras consideradas tabus. Retomando o que foi discutido a respeito das concepções de literatura e de infâncias, tais temáticas se definem como delicadas a partir de

3 Algumas expressões vêm sendo utilizadas para caracterizar livros que tratam assuntos polêmicos ou que abordam temas considerados tabus. Algumas dessas denominações empregadas são "temas polêmicos", "temas sensíveis", "temas delicados" e "temas fraturantes". Apesar da proximidade quanto à caracterização desses livros, não há consenso em relação à nomenclatura dos mesmos. Neste artigo, adotaremos a denominação "temas delicados" sempre que nos referirmos a este tipo de texto, por ser a expressão que vem sendo preponderante nas pesquisas acadêmicas e por considerarmos que se aplica melhor ao contexto.

um determinado contexto sociocultural.

Sob o discurso de proteção à criança, livros que abordam estes temas são recorrentemente retirados das prateleiras ou evitados pelas professoras e outros mediadores, de forma que a criança é excluída da possibilidade de interpretação e de escolha. Como ironiza Jaqueline Held (1980 p. 46), “A imaginação, como sabem, é perigosa! Perigosa para quem? Mas é claro, a criança sonha, dirão... desde que, no entanto, seu sonho seja controlável e normalizável”. A interpretação das crianças sobre os temas presentes nos livros só é bem-vinda quando modulada e instruída pelos adultos.

Assim como é relevante compreendermos as noções de criança, de infância e de literatura infantil que subjazem a discussão sobre o acesso aos livros, compreender como esta literatura foi se constituindo em nosso país e qual o papel da censura nesta história, pode nos ajudar a relacionar essas concepções com as ideias que, ao longo do tempo, permearam a produção de livros para criança no Brasil. Essa foi a intenção da pesquisa que fundamentou este artigo, para o qual realizamos um recorte nos casos de censura encontrados pela investigação para ilustrar como tal processo tem se estruturado. A escolha foi feita de forma a ressaltar como o fenômeno de controle aos livros infantis se desenvolveu nos últimos cinco anos (2016 a 2020).

Registros de censura e de controle à literatura infantil no Brasil, nos últimos cinco anos

Para compreender o contexto de censura dos últimos anos, foram selecionados casos que se relacionavam a livros de literatura indicados para crianças entre zero e seis anos. O material foi explorado de forma a permitir que a análise dos próprios textos indicasse “as ligações entre as diferentes variáveis” (BARDIN, 1970, p. 125), a partir do processo dedutivo e da construção de novas hipóteses.

Por abranger uma diversidade de formatos, os documentos de cada um dos casos foram analisados de forma individualizada, a partir das categorias estabelecidas: autor da censura, tipo de instituição censora, caráter censor, forma e justificativa. A seguir, será apresentada, brevemente, cada obra censurada que integrou o corpus desta pesquisa.

Casos de censura: os últimos cinco anos

O quadro a seguir traz uma síntese dos casos de controle/censura que serão analisados nos próximos parágrafos.

Quadro 1. Categorização dos casos de controle/censura

Data	Obra	Autor da obra	Agente censor	Instituição censora	Caráter da censura	Forma da censura	Justificativa para a censura
2017	Peppa	Silvana Rando	Autora do livro	Editorial	Ideias/ racial	Autocensura	Apresenta racismo
2018	Omo-oba / História das Princesas	Kiusam de Oliveira	Sistema FIRJAN	Escolar	Moral/ religiosa	Substitutiva	Apresenta religião que não é a praticada pelos pais dos alunos

2018	A semente de Nicolau	Chico Alencar	Escola de Brasília	Escolar	Ideias/política	Punitiva	Relacionado ao autor (deputado do PSOL)
2019	Bolsa amarela	Lygia Bojunga	Vereador Clayton Silva	Governamental	Ideias/gênero	Denunciativa	Aborda "ideologia de gênero"
2019	Viagem pelo Brasil em 52 histórias	Silvana Salerno	Post de pai no Facebook	Familiar	Moral/sexual	Denunciativa	Estimula sexo com animais
2019	A princesa de Coiatimbora	Penélope Martins	Coordenadora de escola	Escolar	Moral/religiosa	Denunciativa	Associa o personagem duende a figura satânica
2019	Lendas de Exu	Adilson Martins	Diretor de escola	Escolar	Moral/religiosa	Punitiva	Aborda Orixá, que é do "demônio"
2020	Banho!	Mariana Massarni	Assinantes do Clube Quindim	Investimento	Moral/sexual	Denunciativa	Pornografia infantil por mostrar nudez

Fonte: Elaboração das autoras (2022).

O livro *Peppa*, de Silvana Rando (2009), protagonizou a primeira polêmica em 2016 com uma repercussão midiática, mas a censura só foi consumada em 2017 com o recolhimento das obras e o fim da sua publicação pela editora, a pedido da própria autora. A *youtuber* e militante do movimento negro, Ana Paula Xongani, publicou, em abril de 2016, um vídeo em seu canal criticando a obra devido seu caráter racista e estereotipado. Xongani conta que conheceu o livro quando foi à reunião de pais na creche de sua filha, em São Paulo, e ficou “horrorizada” e “preocupada” com os livros que estavam sendo oferecidos nas escolas.

Imagina uma criança de cabelo crespo, imagina você de cabelo crespo, lendo esse livro. Você gostaria de ser a Peppa? E essa mãe de Peppa, que tem os cabelos lisos, como a autora, que reconhece na sua filha um cabelo que se corta com alicate, um cabelo duro demais pra cortar com a tesoura normal. Quem tem um cabelo forte o suficiente para puxar uma geladeira, ou duro o suficiente para fechar pacotes de biscoito. É um absurdo alguém tratar seus cabelos com ferramentas de marcenaria, e no final tem uma cabeleireira cansada, exausta. Que informação a gente tá passando pra essa criança, que seu cabelo de novo é difícil? Que seu cabelo de novo é ruim? Que seu cabelo é complicado de tratar? (XONGANI, 2016, 3min 43seg)

Encerrando o vídeo, Ana Paula convida as mães a visitar as escolas, perguntar se há este livro, conversar com a direção e explicar que “este livro não é bacana e não está valorizando a autoestima da minha filha” (5min 22seg).

Figura 1. Registro do vídeo “Peppa NÃO! - Resenha”



Peppa NÃO! - Resenha | Ana Paula Xongani

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=ONMqIROJ9pl> (Registro das autoras 2022).

Em novembro de 2017, em uma publicação no *Facebook*, a autora do livro, Silvana Rando, se defendeu das acusações racistas e explicou que,

O livro em questão fala da vaidade exagerada na infância de trocar a liberdade de ser criança pelos padrões de beleza. [...] Muita gente se ofendeu ao ver a interpretação da Xongani no vídeo. Uma pena. Em momento algum quis ofender, ou comparar o cabelo da personagem aos cabelos cacheados, que considero de tamanha beleza (MACHADO, 2017)

A publicação foi apagada do perfil da autora, mas repostada no perfil do historiador Carlos Machado. Seis dias depois da publicação da autora no *Facebook*, a editora Brinque-book, pela qual o livro era publicado desde 2008, comunicou que o livro não faria mais parte do seu catálogo e que os livros seriam recolhidos das escolas e dos pontos de venda em todo Brasil. Silvana ainda publicou que revisou os comentários e opiniões sobre o livro e "se existisse a chance de uma única criança se ofender com seu conteúdo, prefiro que o livro deixe de existir, pois só assim meu trabalho fará sentido." (G1, 2017). Dessa forma, o livro foi retirado de circulação pela editora com validação da autora. Xongani reforçou a fala de Silvana Rando em um segundo vídeo publicado após a retirada dos livros: "Para nós, é muito importante dar voz aos leitores e se, de alguma forma o conteúdo de nossos livros pode causar incômodo a uma criança, é melhor tirá-lo de circulação, pois esse não é e nunca será nosso objetivo." (XONGANI, 2017, 4min 01seg). Poder-se-ia caracterizar a retirada do do livro de circulação como autocensura, considerando que foi a pedido da própria autora que o livro deixou de ser publicado e distribuído.

O caso de censura envolvendo o livro *Omo-Oba: Histórias de Princesas*, de Kiusam de Oliveira (2009), aconteceu em março de 2018, e foi encontrado a partir de um relato da editora Rosana Mont'Alverne em uma palestra na IV Primavera Literária em Belo Horizonte, 2019. A Escola SESI Unidade Volta Redonda (RJ) do Sistema FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) recebeu reclamações de alguns pais de alunos a respeito do livro e, então, optou por substituí-lo. Em um *e-mail* da Coordenação Pedagógica para os pais, a escola afirma que os livros seriam substituídos, mas esclarecendo "que o título trata da cultura africana e que não tem cunho religioso." (CÂMARA MINEIRA DO LIVRO, 2018). A presidente da Câmara Mineira do Livro, Rosana Mont'Alverne Neto, publicou uma nota de repúdio à decisão da escola de substituir o livro e afirmou:

O que a escola não deve fazer é aceitar "questionamentos de alguns pais" sem se dar o trabalho de reuni-los, apresentar e mediar a obra, explicar a importância e a motivação pedagógica de sua adoção e esclarecer a firme posição [...]. Não menos grave é o fato de que a opinião de "alguns pais" se sobreponha ao trabalho de especialistas "pedagogos, professores, bibliotecários" qualificados ao longo de anos de estudos e pesquisas (CÂMARA MINEIRA DO LIVRO, 2018).

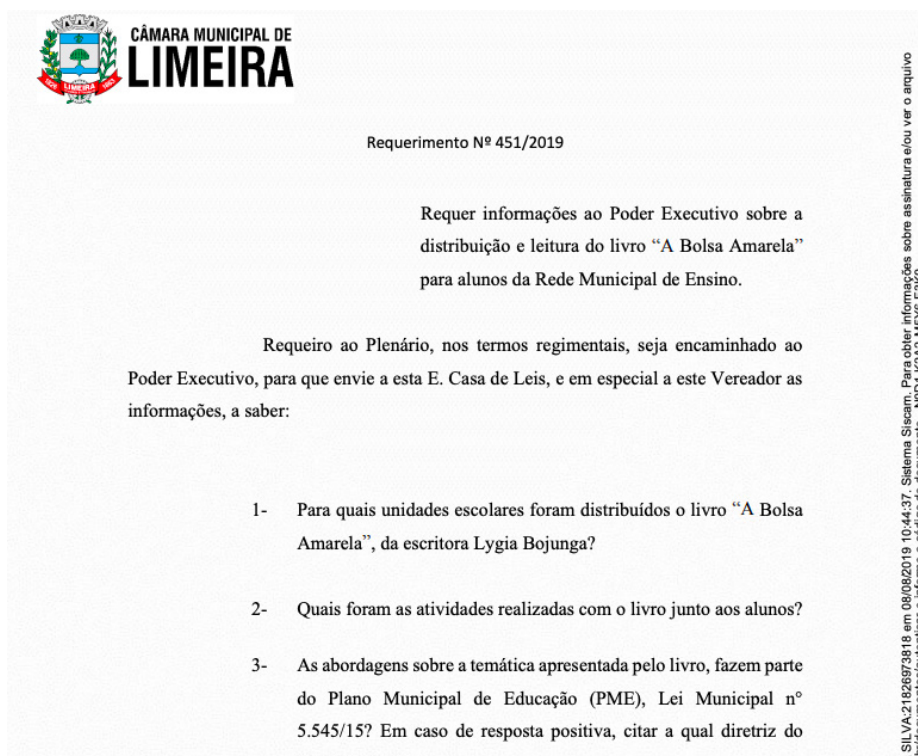
Neste caso, apesar de o controle à temática ter sido realizado pelas famílias, a escola

conduziu a censura punitiva de forma institucionalizada.

O próximo caso ocorreu no final de 2018, quando o livro *A semente de Nicolau*, de Chico Alencar (2011), foi excluído da lista de materiais do colégio particular Le Petit Galois, em Brasília. De acordo com uma matéria publicada no jornal Metrôpoles (ALMEIDA, 2018), em que o caso foi encontrado, pais dos alunos exigiram a retirada do livro quando descobriram que o autor era deputado filiado ao PSOL, Partido Socialismo e Liberdade. Após muita pressão dos pais, a escola publicou uma circular informando a exclusão do livro. A narrativa da história é sobre uma lenda do Papai Noel, envolvendo valores de solidariedade. Interessante ressaltar que, na história, não há nenhuma passagem relacionada à política brasileira.

O caso registrado em 2019 foi encontrado a partir de repercussões midiáticas, com a obra *A bolsa amarela*, de Lygia Bojunga (1976). O vereador Clayton Silva, do Partido Social Cristão (PSC), da cidade de Limeira/ SP, entrou com o requerimento nº 451/2019 pedindo mais informações sobre a distribuição do livro para os alunos da rede municipal daquele município. O vereador questionou ainda quais atividades estavam sendo realizadas e afirmou que o livro aborda tema relacionado à ideologia de gênero: "A Secretaria Municipal de Educação tem conhecimento de que o referido livro aborda conteúdo que afronta princípios morais dos pais e dos próprios alunos?" (SILVA, 2019).

Figura 2. Requerimento protocolado pelo vereador Clayton Silva



Fonte: <http://consulta.limeira.sp.leg.br/arquivo?Id=215235> (Registro das autoras).

O livro, considerado um clássico da literatura infantil, publicado em 1976, narra a história de Raquel, uma garota que enfrenta três conflitos e os guarda em sua bolsa amarela: a vontade de crescer, a vontade de ser menino e a vontade de se tornar escritora. O jornalista e escritor Leo Cunha publicou uma nota de opinião defendendo a obra: "Enxergar a tal "ideologia de gênero" na obra da Lygia é forçar a barra demais, é (isso sim) ideologizar o livro, é negar o que ele tem de plural, de sutil, de artístico, enfim!" (CUNHA, 2019).

Os três próximos casos de censura denunciativa foram encontrados na matéria publicada pela Folha de São Paulo: *Bruxas, gnomos e seres mágicos de livros infantis entram na mira de religiosos* (MEIRELES, 2019). O primeiro foi sobre a obra *Viagem pelo Brasil em 52 histórias*, de Silvana Salerno (2006). A autora recebeu pelo Facebook mensagens de um pai que a acusava de estimular sexo com animais no conto *O sol e a lua*. O conto é inspirado em uma lenda indígena na

qual a onça se casa com uma mulher. Em entrevista, Salerno demonstrou grande surpresa com o comentário pois, como afirmou, considerava o conto singelo e nada sexual.

O próximo caso, também de censura denunciativa, aconteceu com o livro *Princesa de Coiatimbora*, de Penélope Martins (2017). A autora e contadora de histórias foi convidada por uma escola metodista em São Paulo para apresentar o livro, mas logo antes de iniciar a contação, recebeu um pedido da direção de eliminar da história o antagonista, um duende, com a justificativa de que a personagem se assemelha a uma figura satânica. O livro narra as aventuras de uma menina com muita imaginação que, quando brinca no seu quintal, torna-se uma princesa.

No ano de 2019, registramos o episódio sucedido com o livro *Lendas de Exu*, de Adilson Martins (2005) Cristina Warth, editora da Pallas afirmou que uma diretora de escola se recusou a trabalhar com o livro porque "orixás são coisa do demônio". O livro reúne lendas e recontos das culturas africanas, selecionados e reescritos com humor.

O último caso que registramos para este artigo ocorreu em fevereiro de 2020 com o livro *Banho!*, de Mariana Massarani (2006). Assinantes do clube de leitores Quindim, que recebem um livro de literatura infantil por mês, reclamaram da obra de Massarani. Acusaram o livro de conter pornografia infantil por exibir ilustrações com crianças nuas. A obra apresenta crianças indígenas em um mundo de imaginações e brincadeiras durante o banho. A coordenadora do Clube Quindim afirmou, em entrevista para o jornal El País (OLIVEIRA, 2020), que todos os meses alguns pais cancelam a assinatura por serem contra alguns personagens e histórias fictícias.

A partir dos dados apresentados, nota-se que não há uma única maneira de se censurar a literatura infantil. Entretanto, fica evidente que a "proteção da infância", pela prática censória, foi expressa por diferentes instituições, com variadas justificativas e pontos de vista.

A análise dos casos encontrados mostra que os atos de censura a livros ou a histórias infantis guardam relação com uma determinada concepção de infância, de literatura e de educação de crianças. Tais concepções estão em sintonia com a tentativa de controle do imaginário, de que nos fala Jacqueline Held (1980). Controlar a imaginação do pequeno leitor torna-se, nessa perspectiva, um imperativo e impõe uma espécie de adestramento das crianças à luz de certos princípios, valores, visões de mundo do adulto.

Há duas ideias bastante presentes quando analisamos as práticas censoras: a primeira, que a mente infantil é facilmente moldada e a segunda, que a literatura é uma forma muito eficaz para controlá-la, como se o que narramos determinasse como a criança será. Subestima-se a infância ao menosprezar as capacidades de compreensão e interpretação dos sujeitos, como seres incapazes de refletir sobre o que acontece no mundo, sobre o que se passa com as pessoas mais próximas e consigo própria.

Considerações Finais

Tendo em vista o percurso da censura à literatura infantil no Brasil, observamos que para segmentos da sociedade não se trata apenas de permitir ou de indicar ou não a leitura de algum livro, mas, em muitos casos, de exigir sua retirada de circulação ou de impedir o acesso dos leitores em determinado contexto. Em relação às crianças, principalmente as de zero a seis anos, o censor adulto determina o que lhes deve ser ou não permitido acessar, com base nas suas concepções de infância, de literatura e de educação.

O tema do controle/censura aos livros infantis é importante e deve ser aprofundado. O levantamento bibliográfico realizado para a dissertação de mestrado da qual extraímos elementos para este artigo evidencia que o número de pesquisas que tratam dessa temática ainda é bastante restrito, o que revela também uma negligência direcionada à literatura infantil. Os atos de controle, quando relacionados a livros infantis, não são tomados como censura, já que o cerceamento é compreendido como uma forma natural e esperada de atuação do adulto em relação à criança.

Tais discussões não são simples já que a infância suscita, evidentemente, um papel de proteção por parte de quem se responsabiliza por sua educação e cuidado. É exatamente nesse limite tênue entre a proteção e a confiança na capacidade inventiva da criança, na sua potência criadora, na sua inteligência e no desejo de descobrir e de ter expandidas suas experiências que a

seleção de livros deve incidir. Junto a isso, é importante afirmar o compromisso com uma educação para a liberdade, que se predispõe a correr riscos necessários para fomentar mentes criadoras, capazes de questionar e buscar novos conhecimentos. Espera-se que haja, por parte dos formadores e responsáveis pelas crianças, um compromisso em promover uma sociedade plural, justa, diversa e capaz de respeitar as diferenças. A literatura infantil de qualidade muito pode colaborar nesse processo. As professoras e mediadoras de leitura cumprem um papel importante ao avaliarem e selecionarem os livros tomando como parâmetro a qualidade literária que eles possuem e ao afirmarem sua aposta na competência de meninos e meninas. Nessa perspectiva, todo tema pode ser trabalhado com as crianças, desde que se observe a forma como dialoga com as infâncias, com os modos próprios que esses sujeitos têm de se relacionar com o mundo e de tentar compreendê-lo e imprimir nele a sua visão.

Referências

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estudos. CEBRAP**, São Paulo, v. 38, 2019.

ALMEIDA, Susano. Pais reclamam e escola tira livro do deputado Chico Alencar de lista. **Metrópole**. Brasília, 21 de dez. de 2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/educacao-df/pais-reclamam-e-escola-tira-livro-do-deputado-chico-alencar-de-lista> Acesso em 24 de jul. de 2022.

BAEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros**: Das tábuas sumérias à guerra do Iraque. São Paulo. Ediouro, 2004

BAPTISTA, Mônica Correia. MICARELLO, Hilda. Literatura na educação infantil: pesquisa e formação docente. Curitiba, PR.: **Educar em Revista**, v.34, n.72, p.169-186, nov./dez. 2018.

BAPTISTA, Mônica Correia. PETROVITCH, Camila. AMARAL, Mariana Parreira Lara do. Livros de Literatura para a primeira infância: a questão da qualidade. In: MORO, Catarina; VIEIRA, D. M. (Org.). **Leituras em Educação Infantil**: Contribuições para a formação docente. 1. ed. Curitiba: NEPIE/UFPR, 2019. v. 1. 256p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CÂMARA MINEIRA DO LIVRO. **Até quando?**: pronunciamento oficial de Rosana Mont'Alverne Neto sobre o livro "Omo-oba: histórias de princesas" e a nota da FIRJAN. 2018. Disponível em: <http://www.camaramineiradolivro.com.br/noticias/ate-quando-pronunciamento-oficial-de-rosana-de-montalverne-neto-sobre-o-livro-omo-oba-historias-de-princesas-e-a-nota-da-firjan/> Acesso em: 22 de ago. 2022.

CARLOS MACHADO. **Leia a resposta da autora Silvana Rando diante da repercussão do seu livro Peppa lançado em 2008 pela Brinque-Book premiado e adotado pela Secretaria Municipal da Educação de São Paulo**. São Paulo, 2 de nov. 2017. Facebook Carlos Machado. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1486634838080395&set=a.122039447873281.23612.100002016802677&type=3&theater> Acesso em 22 de jun. 2022.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, ideias malditas**: o DEOPS e as minorias silenciadas. 2. ed. ampl. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN; Fapesp, 2002.

CELLARD, André. A análise documental. In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros: a leitura literária na escola**. Tradução de Laura Sandroni. São Paulo, Global. 2007.

CORRÊA, Hércules Tolêdo. Qualidade estética em obras para crianças. In: PAIVA, Aparecida; SOARES, Magda (orgs). **Literatura Infantil: políticas e concepções**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 91-109.

CUNHA, Leo. A absurda censura a Lygia Bojunga e sua bolsa amarela. **Conta uma história**. Belo Horizonte, 16 de ago. de 2019. Disponível em: <https://contaumahistoria.com.br/2019/08/a-absurda-censura-a-lygia-bojunga-nunes-e-sua-bolsa-amarela/> Acesso em: 18 de jul. de 2022.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos**. Tradução de COUTINHO, Sônia. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 2014.

FROMMING, Sigfrid. **A influência da censura em seis traduções brasileiras dos contos dos irmãos Grimm no século XX**. Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Estudos da tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.

HELD, Jacqueline. **O imaginário no poder: as crianças e a literatura fantástica**. São Paulo: Summus, 1980.

HUNT, Peter. **Crítica, Teoria e Literatura Infantil**. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2010.

MACHADO, Maria Zélia Versiani. A criança e a literatura. In: **A criança e a leitura literária: livros, espaços, mediações**. Curitiba: Positivo, 2012.

MACLEOD, Anne Scott. Censorship and Children's Literature. In: **The library quarterly**. Vol. 53, 1983
MEIRELES, Mauricio Bruxas, gnomos e seres mágicos de livros infantis entram na mira de religiosos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/07/bruxas-gnomos-e-seres-magicos-de-livros-infantis-entram-na-mira-de-religiosos.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa Acesso em: 29 de jul. de 2022.

MARTHA, Alice Áurea Penteado. Qualidade na literatura infantil e juvenil: como reconhecer na prática da leitura?. In: OLIVEIRA, Ieda (org.). **O que é qualidade em literatura infantil e juvenil: com a palavra o educador**. São Paulo: DCL, 2011. p. 47- 64.

NODELMAN, Perry. **Somos mesmo todos censores?: dois ensaios por Perry Nodelman**. São Paulo: Instituto Emília; Solisluna Editora, 2020 .

OLIVEIRA, Joana. "Caça às bruxas" de Damares provoca autocensura no mercado literário infantil. **El País**. São Paulo, 13 de fev. de 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/cultura/2020-02-13/caca-as-bruxas-de-damares-provoca-autocensura-no-mercado-literario-infantil.html?ssm=FB_CC Acesso em: 13 de jun. de 2022.

PAULINO, Graca. Formação de leitores: a questão dos cânones literários. In: **Revista portuguesa de educação**. Vol 14. N 1. Braga, Portugal. 2004.

XONGANI, Ana Paula. **Peppa NÃO! Resenha /São Paulo: Ana Paula Xongani, 14 de abr. e 2016**. Publicado por Ana Paula Xongani. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ONMqIROJ9pI> Acesso em 13 de jun. de 2022.

SILVA, Clayton. Requerimento nº 451/2019. **Câmara Municipal de Limeira**. Limeira, 12 de ago. de 2019. Disponível em: <http://consulta.limeira.sp.leg.br/arquivo?Id=215235> Acesso em 17 de jul. de 2022.

Recebido em 06 de dezembro de 2022.
Aceito em 16 de janeiro de 2023.